

## A PARTICIPAÇÃO DE DOMINGOS JORGE VELHO DURANTE A “GUERRADOS BÁRBAROS”, NO FINAL DO SÉCULO XVII: UM GENOCÍDIO OFICIALIZADO

Valdeci dos Santos Júnior<sup>1</sup>

---

1 Licenciado em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte e Doutor em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. E-mail: valdecisantosjr@hotmail.com

## RESUMO

Este artigo descreve as atividades militares durante a “guerra dos bárbaros” desenvolvidas por Domingos Jorge Velho entre 1688 e 1691, no Vale do Açu, na então capitania do RioGrande, e na região do Seridó (que abrange espaços geográficos dos atuais estados do RioGrande do Norte e Paraíba). Foi efetuada uma pesquisa bibliográfica em obras primárias e secundárias sobre essa participação. Os resultados revelaram interesses econômicos provenientes da escravização indígena como espólio de guerra, assim como relatos de massacres que caracterizam um genocídio étnico que pouco se menciona na historiografia brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** “Guerra dos Bárbaros”, Genocídio Indígena, Domingos Jorge Velho.

## ABSTRACT

This article describes the military activities during the “war of the barbarians” carried out by Domingos Jorge Velho between 1688 and 1691, in Vale do Açu, in the then captaincy of Rio Grande, and in the Seridó region (which encompasses geographic spaces of the current states of Rio Grande do Norte and Paraíba). A bibliographic research was carried out in primary and secondary works on this participation. The results revealed economic interests from indigenous enslavement as a spoils of war, as well as reports of massacres that characterize an ethnic genocide that is rarely mentioned in Brazilian historiography.

**KEYWORDS:** “War of the Barbarians”, Indigenous Genocide, Domingos Jorge Velho.

## INTRODUÇÃO

Um assunto pouco explorado na historiografia brasileira se refere ao genocídio indígena ocorrido, principalmente, no final do século XVII e início do século XVIII, no vale do Açu (na capitania do Rio Grande do Norte) e na região do Seridó norte-riograndense e paraibano, no episódio que ficou conhecido como “A guerra dos Bárbaros”. Apesar de também ter ocorrido conflitos diretos entre as forças oficiais do colonizador português e os indígenas em outras áreas nordestinas, mas foi nesses espaços específicos que ocorreriam os maiores combates.

Menos explorada ainda é a participação direta de um personagem histórico das bandeiras paulistas, com um perfil negativo e que se notabilizou na historiografia brasileira, principalmente, por ter aniquilado o Quilombo dos Palmares no final do século XVII, conhecido como Domingos Jorge Velho. Esse artigo irá mostrar a sua participação na matança dos índios durante esse episódio histórico conhecido como “a guerra dos bárbaros”, em áreas espaciais dos atuais estados do Rio Grande do Norte e Paraíba.

## OS PRIMEIROS CONFLITOS NA REGIÃO DO SERIDÓ E NO VALE DO AÇU.

O avanço da pecuária nas margens do rio Piranhas, a partir da entrega das sesmarias durante o século XVII, inevitavelmente fez eclodir reações contrárias dos indígenas (conhecidos como Tapuias), pois “a pressão sufocante do avanço da economia pastoril, que demandava mais terras e mão-de-obra”<sup>i</sup> exigia ocupação de espaços tradicionais dos indígenas.

Os primeiros sinais dos conflitos entre os tapuias e os colonizadores no Rio Grande do Norte, já são percebidos nos anos de 1655-1657, quando o Capitão-Mor João Fernandes Vieira, que governava a Paraíba, comete uma série de delitos contra os Janduís e os cariris, mandando uma tropa e prendendo quatro outros que remeteu a Lisboa, como presente ao Rei de Portugal, sendo, dois deles, filhos do chefe Janduí.<sup>ii</sup> O comportamento evanchista dos portugueses começa a ser percebido através das ações dos novos donos da terra, que pouco a pouco vão tomando conta de suas sesmarias, como podemos observar nas atitudes do próprio João Fernandes Vieira:

Na Cappitania do Rio Grande descobri também novas terras 200 leugoas da orilha do mar, em que também sugeitey quantidade de bárbaros à obediencia edoze dos prensipais destas nasoins vieram a falar comigo, e eu os mandey vestire fiz toda a boa passagem, prometeramme grandes couzas, e eu mando fazer este descobrimento à custa do meu cabedal, por saber aonde este gentios fiqam, porque estes sam os que fizeram mayor dano, no tempo dos olandeses.(MELLO, 1967, p.185).

Temendo o crescimento da hostilidade dos tapuias, o capitão-mor da Paraíba, Matias de Albuquerque Maranhão (1661–1663), pede a regente D. Luísa de Gusmão, que tome providências urgentes tendo em vista que “os índios bárbaros Janduís residentes no distrito e sertão da Capitania estava rebelados e declarados inimigos”, causando grande receio à “população branca” do sertão, “que tratam de fazer suas casas fortes em que se possam defender dos repentinos assaltos”; dessa forma, em 1662, a regente ordenou que fosse feita a guerra contra os janduís, antes que estes se “fortalecessem”. Nada de concreto, no sentido militar, foi realizado. (TAUNAY, 1975, p.349).

Era natural o receio dos índios tapuias com a chegada dos primeiros homens brancos, principalmente os Oliveira Ledoiii, fundadores de vários arraiais, entre eles, as atuais cidades de Pombal e Campina Grande, na Paraíba, na região na ribeira do espinharas, abrangendo a área fronteira entre a Paraíba e o Rio Grande do Norte (Seridó), domínio espacial de várias tribos tapuias, entre elas, os Pegas, Coremas, Sucurus e Panatis.

Em 1663 chegam os primeiros portugueses para construir currais de gado na região da

ribeira das Espinharas, constituídos por Antônio de Oliveira Ledo e Constantino de Oliveira Ledo. Theodósio de Oliveira Ledo, um dos grandes exterminadores de índios da região, fundaria no final do século XVII, o arraial do Piancó ou aldeia de Piranhas na margem direita do rio Piancó, cerca de seis quilômetros de sua confluência com o rio Piranhas (passou a ser chamada posteriormente de Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó). Virou freguesia em 1747 e em 04 de maio de 1772, seria elevada à condição de vila Nova de Pombal-PB, numa homenagem ao marquês de Pombal. (ALMEIDA, 1978).

Não existe um consenso quanto à data exata do início dos conflitos com os indígenas na ribeira das Espinharas (Seridó) e no vale do Açu decorrente dessas ocupações espaciais pelos colonizadores portugueses:

...há dez anos, pouco mais ou menos, que se começaram a descobrir estes campos, o qual é todo habitado de Tapuias bárbaros (...) foram para ele alguns vaqueiros com gado, de que fabricam alguns currais, e estavam vivendo com os tapuias com muita paz e amizade pelo interesse que tinham de lhes darem ferramenta de machados e foices (...) e estando vivendo com esta união se ateou uma dúvida entre eles e os vaqueiros de que resultou matarem-lhe um filho dos principais dos seus, com muita pouca razão de nossa parte, que logo se acudira a esta desordem com o dispêndio de pouco cabedal, que era o que eles pretendiam (...) e deste descuido se ateou tal desordem que os tapuias, assanhados por verem o pouco caso que se fez do que eles requeriam, degolou todos os vaqueiros que ali havia e lhes tomou as armas e o gado e se pôs em campanha à cara descoberta, que foi necessário levar este negócio por armas, por lhes não dar ousadia a se não virem senhoreando da capitania do Rio Grande...(PEREIRA, 1979, p.264).

Em 1668, os índios potiguares que haviam acompanhado o chefe Camarão a Pernambuco, informaram ao capitão João Fernandes Vieira que no sertão do Rio Grande havia uma ribeira chamada Açu, onde habitavam várias nações de tapuios bravios, que dominavam margens de um extenso e largo rio, do mesmo nome:

Fernandes Vieira mandou aprestar uma expedição de homens devidamente preparados, sob a guia dos indígenas que o informaram, a fim de tentar a colonização da mesma ribeira. Para ali se dirigiu à expedição com grandes riscos de vida e avultados dispêndios, a qual conseguiu chegar ao lugar, onde fundou o arraial, para centro das operações, à margem esquerda do rio. (LIMA, 1990, p.137-138).

Essa expedição —colonizadora pode ter ocorrido em 1674, pois em carta dirigida ao rei de Portugal, príncipe regente D. Pedro II, datada de 26 de abril de 1674, João Fernandes Vieira relata ter descoberto terras ignotas no Rio Grande, na região do rio Açu, onde sujeitou

quantidade de bárbaros à obediência e recebeu a visita de doze principais daquelas nações. Em outra carta dirigida ao mesmo rei e datada de 26 de junho de 1675, relata que enviara gente e criados seus, no ano anterior, a “descobrir novas terras pellos certos de Pernambuco e do Ryo Grande” aonde chegaram a pôr a obediência quantidade de gentio brabo “cujos prensipais vieram a falar comigo e eu os agasalhey, vestindo-os e fazendo grande dispêndio com eles”. (MELLO, 1967, p.217; MEDEIROS FILHO, 2005, p.8;).

Antônio de Albuquerque Câmara, que tinha conseguido oficialmente, no dia 29 de novembro de 1679 a doação de sesmarias na região do Seridó, com terras medindo vinte léguas de comprimento e quatro léguas de largura, já entrava o mês de dezembro de 1679 em conflito com os índios provindos da serra do Trapuá (Situada duas léguas a leste da atual cidade de Currais Novos-RN). (MACEDO, 2004/2005, p.3). No vale do Açu, especificamente, essa ocupação das terras para instalação de fazendas de gado pelos vaqueiros se acentua a partir de 1680, gerando conflitos com os tapuias, como pode ser observado através de um pedido de sesmarias feito por João Fernandes Vieira ao Capitão- Mor do Rio Grande, Geraldo de Suny:

...em 5 de Janeiro de 1680 o Capitão-Mor da mesma capitania, Geraldo de Suny... (1679-1681), atendeu-o no pedido de sesmaria das terras compreendidas entre os três rios chamados Irmãos e, para o sertão, até a lagoa Açu, em cuja data se compreendia a ribeira do baixo Açu..... e que tendo mandado descobrir território na Capitania do Rio Grande, sujeitando o gentio que ali morava, povoou-o com vaqueiros e estabeleceu currais de gado. Sendo êle, portanto, o descobridor e povoador daquelas terras... Falecido Vieira em 1681, sua mulher, D.Maria César, requereu em 1682 ao Governador Geral do Brasil a concessão das mesmas terras, ao que parece sem fazer referência à do governador Suny. Na sua petição as extensões estão indicadas com minúcias. Nela diz que o seu marido, há mais de 14 anos, tinha mandado descobrir as terras do Açu, povoando-as com moradores, escravos e gados...A João Fernandes Vieira, do conselho de guerra de sua majestade e superintendente de todas as fortificações, concedeu a 4 de janeiro de 1680 as terras compreendidas entre os rios trez irmãos e a lagoa itu, na ribeira do Assu, descobertas pelo próprio cessionário. (MELLO, 1967, p.214-215; LEMOS, 1912, p.31).

Os indícios públicos das desavenças já são patentes em 23 de agosto de 1681, quando os oficiais da Câmara de Natal solicitam através de requerimento ao Capitão-Mor Geraldo de Suni que trouxesse os principais dos índios à sua presença, para promover a paz, “tendo em vista os danos e a morte de um morador do sertão feita pelos tapuias”. No dia 15 de fevereiro de 1687, chega a notícia de que os Tapuias teriam matado quarenta e seis vaqueiros na ribeira do Piranhas; então o capitão-mor do Rio Grande, Pascoal Gonçalves de Carvalho, escreve ao rei solicitando reforços, ao mesmo tempo em que culpa os índios tapuias do interior que

“depois da expulsão dos holandeses haviam se recolhido aos sertões donde viveram sempre com natural ódio aos portugueses”. (Cópia de requerimento dos oficiais da câmara de Natal ao capitão-mor Geraldo de Suni. LCPSC; Caixa 65; Livro 2; Folha 55 e 55v. IHGRN. Repertório de Documentos para a História Indígena Existente no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Coleção Mossoroense. Série C, nº. 871. UFRN: Natal, 1995. Pág. 110; PUNTONI, 1998, p.105).

No início de janeiro de 1688, o coronel Antônio de Albuquerque Câmara, com trezentos homens e após travar um combate nas cabeceiras do rio Açu “durante todo o dia com mais de três mil arcos”, recua para a casa forte do Cuó, trazendo 27 soldados mortos e muitos feridos, deixando a capitania em polvorosa. Os moradores começam a deixar a capitania. Em 11 de Janeiro de 1688, Albuquerque Câmara baixa um edital pedindo para que fossem denunciados todos aqueles traidores da causa que se ausentasse da jurisdição da capitania; esses teriam como castigo “a prisão na casa escura da fortaleza dos Reis Magos” e as suas terras confiscadas para cobrir “as despesas da guerra”. A situação era tão grave que “a mesma pena cairia sobre aqueles que soubessem de casos de deserção e não denunciassem ao Capitão-Mor ou ao Senado da Câmara de Natal”. Dias depois, lançou outro edital declarando “perdoados de seus crimes todos aqueles que acudissem ao combate contra os índios”. (MARIZ, 1995, p.113,114 e117).

Foram várias expedições oficiais (vide quadro 1 abaixo) organizadas pela coroa portuguesa entre o período de 1687 a 1720 para combater os índios Tapuias no vale do Açu e nas Ribeiras do Piranhas e do Jaguaribe, envolvendo um número variável de paulistas, índios, negros e colonos brancos. Devido ao sucesso obtido nas campanhas militares contra os índios tapuias, os terços paulistas terminariam sendo institucionalizados para garantir a paz no Açu:

ANO	EXPEDIÇÃO
1687	Expedição de Manuel Prado Leão com homens do Açu
1687	Expedição do Capitão-Mor de entradas Manuel de Abreu Soares: estabelecimento de arraial com 120 índios e terço de Camarão.
1687	Expedição de Antônio de Albuquerque Câmara: 300 homens de Pernambuco e Paraíba, retirados de duas companhias de Camarão e Henriques.
1688	Expedição de Manoel de Abreu Soares: 150 infantes do presídio de Pernambuco, 4 capitães, 25 soldados de Itamaracá e 25 da Paraíba, além do governador dos Henriques, 100 soldados pretos, o Capitão-Mor dos camarões, 400 soldados camarões e índios da aldeia da Preguiça e outras aldeias da Paraíba, fugitivos das aldeias de Mipibu, Cunhaú e Guaraíras, no Rio Grande e 30 infantes de Pernambuco.
1688	Expedição do mestre de campo Henrique, Jorge Luís Soares: 5 companhias de Henriques para o Açu.
1688	Acréscimo da tropa de Albuquerque Câmara: 1 companhia de gente parda, degredados e criminosos, e 50 infantes de Pernambuco.
1688	Expedição do paulista Matias Cardoso: 300 soldados brancos e índios.
1688	Expedição do paulista Domingos Jorge Velho com 600 homens.
1688	Expedição de tropas de reforço enviadas de Pernambuco: 150 homens brancos e 300 índios das aldeias do rio São Francisco para a tropa paulista; e 200 brancos e 300 índios rodadas, entre outros, do São Francisco reunidos em Penedo, para a tropa de Albuquerque Câmara.
1689	Expedição da tropa de reforço de Morais Navarro, paulista: 23 índios e brancos para a tropa de Matias Cardoso.
1690	Reforma de Albuquerque Câmara e Abreu Soares e retirada da infantaria paga, miliciana e Henrique do sertão. Permanência dos terços de Camarão, Domingos Jorge Velho e dos índios aldeados.
1690	Expedição da nova tropa de Matias Cardoso, nomeado mestre de campo e governador geral do novo estilo de guerra aos bárbaros: 7 companhias, 450 ou 500 índios da região, e os tapuias.
1694	Ordem regia para formação de 6 aldeias nos sertões do Açu, Jaguaribe e Piranhas, cada uma com 100 casais de índios e 20 soldados com seus cabos.
1695	Expedição de 100 Henriques para o Açu.
1695	Nomeação de 1 cabo na aldeia do principal Mamanguape, em Piranhas, acompanhado de 20 homens de Theodósio Ledo no Piancó.
1696	Expedição de Afonso Albuquerque Maranhão, Capitão-Mor das entradas do sertão: 36 Henriques de Pernambuco, 20 criminosos perdoados, e janduí aldeados nas Guaraíras, Rio Grande.
1698	Expedição do terço do paulista Manuel de Morais Navarro: 193 oficiais e soldados paulistas, 2 capitães e 70 soldados brancos e índios paulistas. Reunida na Bahia, com 10 companhias e 227 homens, criminosos perdoados e índios das aldeias do Guaperu e Guaraíras, no Rio Grande, e das aldeias de Paranamirim, Paupina, Purangana, Guanaris e Jaguabara, no Ceará.
1704	Expedição do terço do Açu.
1704	Expedição organizada pela Câmara do Ceará contra os Paiacu.
1708	Expedição institucional do Capitão Bernardo Coelho de Andrade, do Ceará, contra Icó, Cariri, Cariú e Cratiú no rio Jaguaribe.
1713	Expedição do coronel João de Barros Braga contra Paiacu, Ariú, e Jaguaribaras no Ceará.
1720	Expedição burocrática do terço das paulistas de Morais Navarro contra os Tapuias no Ceará.

QUADRO 1: EXPEDIÇÕES MILITARES OFICIAIS NA GUERRA DO AÇU. FONTE: SILVA, 2003. PAG. 261 A 263. A PARTICIPAÇÃO DE DOMINGOS JORGE VELHO NO GENOCÍDIO DA "GUERRA DOS BÁRBAROS"

## A PARTICIPAÇÃO DE DOMINGOS JORGE VELHO NO GENOCÍDIO DA “GUERRA DOS BÁRBAROS”

A presença das forças paulistas foi solicitada através de carta escrita pelo governador geral do Brasil Matias da Cunha, diretamente a Domingos Jorge Velho, para que viessem homens “experimentados” nas lutas das matas, os chamados “terços dos Paulistas”, devido à urgência da situação. Em março de 1688, Domingos Jorge Velho, que divagava com seus companheiros “uns quatrocentos” pelos sertões do Piauí que tinha ajudado a descobrir, já estava no caminho para combater o quilombo dos Palmares, quando recebe ordens do Matias da Cunha, para vir para a ribeira do rio Piranhas, combater os tapuias. Inicia então a caminhada em direção ao sertão do Açú:

com mil homens de arcos, 200 de espingardas, e 84 brancos em uma marcha de mais de 300 léguas do sertão de Piauí, e Canindé até as Piranhas considerada a mais trabalhosa, faminta, sequiosa, e desamparada que até hoje houve no dito sertão, nem quiçás haverá salvo se for pelos mesmos passos, onde morrem durante o trajeto 132 pessoas de fome, sede e misérias, e mais 63 de doenças e fugidas mais de 200 que se não atreveram a tanta miséria. (ENNES, 1938, p.75).

Recebeu então a patente de mestre de campo e investido no posto, partiu do sertão de Rodelas, na Bahia, com o seu terço contra o gentio que assolava a Capitania do Rio Grande. O terço se compunha de 1.200 índios e 84 homens brancos. Para vencer o percurso subiu o Pajeú, no sertão de Pernambuco até alcançar as suas cabeceiras. Logo adiante, no divisor de águas, começa o território da Paraíba. Aí chegando, transpôs a Borborema na direção do Piranhas. (ALMEIDA, 1978, pp.54-55).

E chega então, Domingos Jorge Velho, o governador das armas paulistas e futuro carrasco do quilombo dos Palmares. Em 05 de Junho de 1688 já está na ribeira do rio Piranhas, aliando suas forças com as do coronel Antônio de Albuquerque da Câmara que estavam lotadas na casa forte do Cuó, as margens do rio Seridó. Em 02 de Agosto trava seu primeiro combate com os tapuias e em 29 de setembro, outra batalha com duração de quatro dias. Consegue repelir os Tapuias, livrando o coronel Antônio de Albuquerque, que estava sitiado. Seguindo as suas táticas de caça aos índios, promete perseguir ao “gentio bárbaro estroindo, e degolando até finalmente o acabar”. Em uma carta, datada de 27 de agosto desse mesmo ano, enviada ao governador geral da colônia, comunica que apenas numa batalha havia degolado 260 nativos, fato para ele bastante comum, diante dos genocídios que já praticara contra os índios de outras capitanias. (MONTEIRO, 2000, p.86; MEDEIROS FILHO, 2001, pp.124-125;).

O bispo de Pernambuco, D. Frei Francisco de Lima, traçou um pequeno retrato de suas impressões pessoais a respeito da “selvageria” de Domingos Jorge Velho:





Este homem é um dos maiores selvagens com que tenho topado: quando se avistou comigo trouxe consigo língua (intérprete), porque nem falar sabe, nem se diferencia do mais bárbaro tapuia, mais que em dizer que é cristão, e não obstante o haver-se casado de pouco, lhe assistem 7 índias concubinas, e daqui se pode inferir, como procede no mais, tendo sido a sua vida desde que teve uzo da razão (se é que teve, porque assim foi, de sorte a perdeu, que entendo a não achará com facilidade) até o presente andar metido pelos matos à caça de índios, e índias, estas para o exercício das suas torpezas e aqueles para os grangeios dos seus interesses. (ENNES, 1938, p. 127).

Interessado nos lucros que poderia ganhar com a autorização concedida para escravizar uma parte dos índios, Jorge Velho dá início à repressão aos tapuias da forma mais brutal a qual estava acostumado e de acordo com as ordens recebidas:

Vossa mercê dirija a entrada e guerra que há de fazer aos bárbaros como entender que possa ser mais ofensiva degolando-os e seguindo-os até extinguir, de maneira que fique exemplo deste castigo a todas as demais nações que confederadas com eles não tinham as armas de sua Majestade que considero vitoriosas indo a cargo de V. Mercê. (PIRES, 2002, p.66).

O combate aos tapuias por Domingos Jorge Velho acontece de forma sistemática e sem qualquer tipo de piedade. Matias da Cunha, satisfeito com as notícias recebidas das campanhas no sertão efetuadas pelos terços paulistas, fortalece a prática do genocídio, estimulando Jorge Velho ao dizer que “vosmecê me repita novas de outros maiores sucessos, até finalmente me vir a última, e mais gloriosa de se ter acabado a guerra e ficarem totalmente extintos os bárbaros.” (PUNTONI, 1998, p.117).

Devido aos interesses pessoais no comércio de escravos indígenas, passam a existir divergências entre as próprias tropas repressoras, compostas pelos paulistas, liderados por Jorge Velho, e os combatentes do capitão-mor do Rio Grande, Agostinho César de Andrade, Domingos Jorge Velho, posteriormente, se queixou dos prejuízos que teve com a campanha na capitania do Rio Grande do Norte:

..Chegado eu abaixo me mandou o governador geral q- então hera Mathias da Cunha, trocar caminho e fosse acudir a Capitania do Rio Grande q- a infestava no Assú, e Piranhas, o Tapuia levantado yanduim, ao q- obedecy logo, e hey graças a Deus nessa guerra o q- a V.Mag. não se devia ocultar, e nelle perdy muitos servos meus de guerra q- aquella desta qualidade não os melhores em tudo o orbe. Depois de eu a ter posto em bons termos, destruído muitos gentiosdesse e cativado

a hua aldeã dos rebelados q- debaixo de enganos fazião muitos insultos (e herão o q-chamão os silvas) mandarão os governadores de Pernambuco, a requerimento dos Padres da Companhia q- eu os tornasse a pôrem sua liberdade, e assy o fis (e elles são hoje os q- tornão a renovar essa rebelião e guerra) com que nenhû lucro me ficou dessa guerra p. algû tanto refazerme de alguns trezentos servos que nella ou por sua causa perdi...(Carta de Domingos Jorge Velho, de 15 de Julho de 1694, escrita durante a campanha dos Palmares. Arquivo Histórico de Lisboa-Portugal).

Esse número de baixas mencionado por Domingos Jorge Velho nos conflitos com os Tapuias da ribeira do Piranhas é contraditório e pode ter sido bem maior:

p<sup>a</sup> Mayor autoridade que ocupa o d<sup>o</sup> domingos Jorge no seu d<sup>o</sup> terço (que com muita rezão) lhe pode chamar seu; pois o soldados d'elle sam seus servos que elle adquerio, no descurço de mais de vinte annos a propria custa da sua fazenda, com o seu trabalho, e com m.risco de sua vida e dos quaes elle tem perdido ao redor de 400 na guerra do Assu. (SILVA, 2003, p.317).

Entretanto, como uma forma de barganhar mais recursos da coroa portuguesa, Domingos Jorge Velho pode ter tentado encobrir os verdadeiros resultados de seus ganhos econômicos, pois tinha carta branca para vender os índios que conseguisse aprisionar durante os combates:

Assentados os marcos da povoação de Piranhas, de 1696, o primeiro nome dado a Pombal, Teodósio a encontrou despovoada pelos cariris, que revoltados se achavam contra Domingos Jorge Velho, porque este havia levado para sua terra grande número de silvícolas dessa nação. E tal fato, realmente, se passou, conforme carta datada de 14 de Março de 1699 e dirigida ao Rei de Portugal pelo Capitão-Mor da Paraíba, Manoel Soares de Albergaria. Durante o tempo em que o capitão dos paulistas, Domingos Jorge Velho, permanecera por todo o vale de Piranhas e Piancó, só teve um objetivo: escravizar os índios, invadindo-lhes as terras e roubando-lhes as mulheres. O tratamento, áspero e injusto, por ele empregado, deixaram revoltados os índios sertanejos, provocando a guerra dos cariris. (SEIXAS, 1991, pp.21-22).

Mesmo com toda repressão utilizada por Domingos Jorge Velho, os combates continuavam e o desânimo começa a tomar conta dos portugueses, devido à falta de munições e outros suprimentos:

Apesar da presença dos paulistas de Domingos Jorge Velho, das tropas do pernambucano Manoel Abreu Soares e as de Antônio Albuquerque da Câmara, auxiliados pelos terços dos camarões e de Henrique Dias, nos sertões do Açu, os índios continuavam a vencer as batalhas. Seja pelo maior conhecimento que tinham da região, seja pela sua tática de guerrilhas que deixava os portugueses assustados,

ou mesmo, pelas grandes dificuldades por que os soldados passavam, necessitando sempre de munições, fardas e alimentos, sem falar na constante falta de água potável. (LOPES, 2005, p.149).

Em 23 de Março de 1689, o senado da Câmara de Natal, que queria o extermínio dos Tapuias a todo custo, mas tinha também seus interesses no comércio dos escravos índios, pedia a Domingos Jorge Velho que não abandonasse a guerra “e que continuasse a perseguir e a degolar o índio”. Contrapondo-se ao pensamento do Capitão-Mor do Rio Grande, Agostinho Cezar de Andrade, que havia solicitado ao mestre de campo para não enfrentar e nem destruir o gentio Janduí, pois pretendia celebrar um acordo de paz com os tapuias, dando-lhes o perdão, Domingos Jorge Velho responde aos oficiais da Câmara de Natal, afirmando que ficaria e cumpriria sua tarefa, que era a de destruir completamente os tapuias. (MEDEIROS FILHO, 1984, p.128; MARIZ, 1995, p.117).

A política do extermínio completo se intensifica. Entre os dias 26 a 30 de agosto de 1689, ocorre na atual Serra da Rajada (conhecida na época como Serra do Acauã) um dos combates mais ferrenhos e decisivos da guerra. Domingos Jorge Velho extravasa todo seu caráter violento, combatendo os índios Jandui, mata 1.500 deles e aprisiona 300 tapuias, sofrendo apenas 30 baixas:

Bando q. mandou botar N. M. na serra da Rajáda nhos indios tapuyos desta capitânia do Rio Grâde (...). Digníssimo el-rey de Portugal depoiz q. eu Prév. Real de S. M. q. Deos goarde a cargo do excm<sup>o</sup> vice-rey do Brazil Ant<sup>o</sup> Luiz Gonssalves Camera Coutinho - o aferi (...) dos combates de noça nassao portugueza contra o gentio dos tapuyos janduins nessa capitânia. || eporisso excm<sup>o</sup> vice-rey do Brazil Ant<sup>o</sup> Luiz Gonssalves Camera Coutinho mandou prl. Intermédio do cap. mr. e depois êste ao domingos Georges Velho (...) q. os mesmos fossem (...) aquela serra e dali desbaratasse os barbaros... || na coal xegou ele (...) domingos Georges Velho ahos vinte seis e até 30 ai permaneceu combatendo aqueles barbaros do mez de 8br<sup>o</sup> do anno do nassimento de Jesus Christus de 1689 annos || do grde. combate do dia vinte e oitto do mêz de 8br<sup>o</sup> de d<sup>o</sup> mêz as tropas de domingos Georges (...) teve de vitoria hum mil e quientos tapuyos mortos e trezentos prezos tendo morrido das troppas 30 homens além d’outros | e os tapuyos despersarão-se indo p. local xamado pr. Elles de queicar xuc q. significa sacco do xiqexiqe; sua gloria desfraldada voltou o erario da tropa de Domingos Georges Velho para o seu logar de origem levd<sup>o</sup> consigo o que de N. M. pedoretty pedio por entermedio do Cap. Mor do Rio Grâde. e eu subimêto aos da referida camara a referida copia Frc<sup>o</sup> de Olivêra Barros escrivão substituto q. o escrevi. 1690 annos do nassimento de N. S. J. C. do Brazil. (MACEDO, Helder A M. Quando o sertão se descobre: os documentos pombalenses e a redescoberta da História colonial. O Galo, Jornal cultural: Fundação José Augusto, ano XI, nr. 04 abril/maio/2000).



Domingos Jorge Velho ficaria efetivamente nos combates contra os indígenas das margens do rio Piranhas e do Seridó (norte-rio-grandense e paraibano) até o final de 1689. Em 04 de Março de 1690 veio o “Alvará de reformação dos postos da guerra do Rio Grande”, determinando a ida de Domingos Jorge Velho para Palmares, mas ele ficaria oficialmente vinculado a campanha até 03 de abril de 1690, quando viria a ser desobrigado definitivamente dessa tarefa pelo governador geral, e ser designado para combater somente os quilombos dos Palmares, ficando a cargo do paulista Matias Cardoso de Almeida terminar o “serviço”.

## **OS ÚLTIMOS ATOS DE DOMINGOS JORGE VELHO**

Mesmo assim, ele continua no Rio Grande. Em 28 de Julho de 1690, o arcebispo governador do Brasil, D. Frei Manuel da Ressurreição, informa que não pode mais pagar seus soldos, tendo em vista que seria responsabilidade agora do governador de Pernambuco que o teria contratado para a campanha dos Palmares.

Em 10 de Novembro de 1690, Domingos Jorge Velho escreve ao novo governador geral do Brasil, Antônio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho, relatando combates com os tapuias em 04 de outubro de 1690 e a sua transferência para os arraiais do Açú. Em 29 de Janeiro de 1691, o governador geral responde sua carta. Em 02 de Abril de 1691, o governador geral escreve ao Capitão-Mor do Rio Grande, Agostinho César de Andrade, dizendo concordar que realmente não mais seria necessária a presença de dois mestres-de-campos paulistas em solo potiguar.

Os comandantes paulistas sofrem um duro revés em suas pretensões comerciais derivadas do escravismo que realizava com os índios aprisionados, quando é publicada a Carta Real de 17 de janeiro de 1691. Essa proibia o cativo de índio prisioneiro de guerra e mandava pôr em liberdade os que haviam sido vendidos.

Somente em 03 de dezembro de 1691 é ratificado o contrato com Domingos Jorge Velho pelo governador de Pernambuco, Antônio Félix Machado da Silva e Castro, Marquês de Montebelo, autorizando sua partida definitiva para os quilombos dos Palmares. O contrato garantia ao sertanista o fornecimento regular de mantimentos, armas e munições, a isenção de impostos sobre a venda dos negros apreendidos, a doação de sesmarias na região da Paraíba e a anistia dos crimes que viesse a cometer.

Partiu para os Palmares em 1692, mas foi rechaçado. Volta a Pernambuco e permanece por quase um ano no arraial de Tapirabaté. Tentou estabelecer-se em Santo Antônio, mas foi impedido pelo Capitão-Mor, que tinha receio dos malefícios de sua presença. Em 9 de Abril de 1693, o Rei ratifica o acordo firmado pelo Marquês de Montebelo visando a destruição

do quilombo dos Palmares. Retorna, então, em fevereiro de 1694 aos Palmares, conseguindo a destruição dos quilombos. Voltaria a combater os índios no Maranhão em 1699, voltando, em seguida, a sua fazenda na freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó, onde morre em 1703 ou 1704.

## RESULTADOS

Todos os limites da tolerância humana são ultrapassados a fim de serem alcançados os objetivos da colonização portuguesa durante a “guerra dos bárbaros”, para fazer ruir definitivamente os últimos focos da resistência dos tapuias. Crianças, mulheres e velhos das tribos tapuias são mortos sem qualquer piedade “e os episódios do Açu acabaram por cristalizar de maneira mais dramática, o resultado de décadas de tirania e aniquilamento, mobilizando diversas nações em conflitos continuados” (PUNTONI, 1998, p.30).

Foi nesse contexto brutal que a participação de Domingos Jorge Velho se acentua, servindo aos interesses da coroa portuguesa, além de seus próprios interesses na comercialização dos indígenas aprisionados durante os combates. O extermínio indígena na guerra contra os “bárbaros” ainda continuaria após sua saída, prosseguindo, com menor intensidade, ano após ano, até o ano de 1720. Após o ano de 1725 em diante, não há mais nenhuma notícia a respeito de combates, mas, mesmo assim, o temor aos índios tapuias ainda permanecia vivo e constante na memória dos colonizadores. Intensifica-se então a fase dos aldeamentos. A terra dos índios e de seus ancestrais, pertencia, agora, aos portugueses.

Finalizando essas reflexões sobre esse massacre indígena durante a “guerra dos bárbaros”, será mencionado o único objetivo que moveu o ser humano a praticar toda essa rapinagem e genocídio praticados contra os tapuias:

Quem ler isto refletirá por certo que tudo fizeram a Companhia. Nassau e o Supremo Conselho para promoverem o bem público. Buscaram-se lucros guerreando, comerciando, explorando terras. Nem as selvas, nem os penhascos, nem os rios, nem os mares obstaram à sofreguidão do ganho. **Tão veemente é a estima ao dinheiro que ela ousa e realiza coisas extraordinárias e incríveis, quer investigando lucros latentes, quer devorando os manifestos. Entretanto, não dão completa felicidade as vantagens encontradas, e é digna da maior compaixão essa avidez de procurá-las.** (BARLÉU, 1974, p.231). {grifo nosso}.

## REFERENCIAS

ALMEIDA, Elpídio de. História de Campina Grande. Segunda edição, Editora Universitária-UFPB, João Pessoa-PB, 1962.

ALMEIDA, Horácio de. História da Paraíba. Editora Universitária, 1978, João Pessoa- PB.

CALMON, Pedro. História do Brasil. Companhia Editora Nacional, São Paulo -SP, 1941.

CARTA de Domingos Jorge Velho, de 15 de julho de 1694, escrita durante a campanha dos Palmares. Arquivo Histórico de Lisboa-Portugal.

ENNES, Ernesto. As guerras nos Palmares. Domingos Jorge Velho e a Tróia negra. 1687-1709. Coleção Brasileira, Vol. 127. Companhia editora nacional, São Paulo- SP, 1938.

GENEALOGIA do cariri paraibano. <http://www.persocom.com.br/cariri/Origem.html>. Acessado em 10 de maio de 2022.

IHGRN. Repertório de Documentos para a História Indígena Existente no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Coleção Mossoroense. Série C, nº. 871. UFRN: Natal, 1995.

LEMOS, Vicente. Capitães-mores e governadores da capitania do Rio Grande do Norte. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1912, v. 1.

LIMA, Nestor dos Santos. Municípios do Rio Grande do Norte: Areia Branca, Arez, Assúe Augusto Severo. Edição fac-similar da revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Coleção mossoroense, Série C – Volume DXCV, 1990 –Mossoró-RN.

LOPES, Fátima Martins. Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII. Tese de Doutorado, UFPE, 2005. 524 p.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Quando o sertão se descobre: os documentos pombalenses e a redescoberta da História colonial. O Galo, Jornal cultural: Fundação José Augusto, ano XI, nr. 04 abril/maio/2000.

\_\_\_\_\_. Contribuição ao estudo da casa forte do Cuó, Caicó-RN. Revista Mneme, Dossiê Arqueologias, V. 6, Nr. 13, Dez/2004/Jan/2005.

MARIZ, Marlene da Silva. Repertório de Documentos para a História Indígena Existentes no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Coleção Mossoroense. Série C, N.º 871. UFRN: Natal, 1995.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. Índios do Açú e Seridó. Senado Federal. Centro Gráfico: Brasília: 1984. 157 p.

\_\_\_\_\_. Notas para a História do Rio Grande do Norte. Centro Universitário de João Pessoa-PB, março, 2001.

\_\_\_\_\_. Holandeses no Seridó Colonial? Revista O Potiguar, nº43, ano VII, Natal-RN junho/julho/2005. Pág.08-09.



MELLO, José Antônio Gonçalves de. João Fernandes Vieira. Imprensa Universitária, Recife-PE, 1967.

MONTEIRO, Denise Mattos. Introdução a História do Rio Grande do Norte. Natal: Editora da UFRN, 2000. 246 p.

PEREIRA, Gregório Varela de Berredo. \_Breve Compêndio do que vai Obrando Neste Governo de Pernambuco o Senhor Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho' apud MELLO, José Antônio Gonçalves de. Pernambuco Ao tempo do Governador Câmara Coutinho (1689-1690). Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Vol. LI. Recife, 1979. Pp. 257-300.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. Guerra dos Bárbaros: resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial. Recife: Editora Universitária (UFPE), 2002. 154 p.

PUNTONI, Pedro. A guerra dos Bárbaros. Povos indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. Tese de Doutorado, USP, 1998.

SEIXAS, Wilson. O velho arraial de Piranhas (Pombal). Coleção Mossoroense, Série C, nº 691, Mossoró, 1991. Primeiro Volume. 108 p.

SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. "Nas vastas solidões e assustadoras" – Os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. Tese de Doutorado, UFPE, Recife, 2003.

TAUNAY, Affonso E. A Guerra dos Bárbaros. 2 edição. Mossoró: Fundação Vingt-Um Rosado/ETFRN/UNED/Secretaria de Educação, Cultura e Desportos do RN, julho de 1995 (coleção Mossoroense, Série C, V. 864).

<sup>i</sup> PUNTONI, Pedro. A guerra dos Bárbaros. Povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. Tese de Doutorado, USP, 1998. Pág. 108.

<sup>ii</sup> "Uma das dificuldades com que se debatiam os agricultores ali, era a falta de mão de obra escrava. Constava que algumas tribos tapuias, como os Janduí e os Cariris, conservavam sob seu domínio muitos negros da Guiné e grupos de índios petiguares já cristianizados. Com o fim de reduzi-las à obediência, João Fernandes Vieira levou as suas tropas para o sítio Inhoby, que era onde se achavam localizados os três engenhos dos Brandões, de que tinha a administração – o que demonstra que não se descuidava dos seus interesses pessoais, no que, aliás, não era diferente da maioria dos administradores coloniais. Ali, segundo refere a enformação, fez vir Canindé, filho do chefe Tapuia Janduí e o reteve preso até que seu pai fez entrega de 60 negros que, ao tempo do domínio holandês, se tinham incorporado à sua tribo. Contra os Cariris, que habitavam uma serra de acesso difícil, muito no interior do sertão, usou da força das armas. Para isso despachou uma tropa de 120 homens, sob o comando do Capitão Antonio Rodrigues Vidal, reforçada depois por mais 25 soldados, chefiados pelo alferes reformado Brás de Melo Munis. Caminharamsertão adentro 19 jornadas – as três últimas em região sem água – até atingirem a serra. Dali regressaram trazendo os petiguares que aqueles tapuias mantinham sob seu domínio, no total de mais de 500 pessoas, às quais Vieira deu uma parte das suas próprias terras, onde vivessem e fizessem plantações." MELLO, José Antonio Gonçalves de. João Fernandes Vieira. Imprensa Universitária, Recife-PE, 1967. Pag. 159- 160.

<sup>iii</sup> Os Oliveira Ledo já tinham conseguido sesmarias inicialmente no Rio Grande do Norte, em 1664, conseguindo terras no Rio Putegy. Em seguida solicitam sesmarias junto ao rio Paraíba (30 léguas) ao Conde de óbidos (Governador Geral do Brasil), que foi concedida em fevereiro de 1665. ALMEIDA, Elpídio de. História de Campina Grande. Segunda edição, Editora Universitária-UFPB, João Pessoa-PB, 1962. Pág. 17. Em 1669, chegam a região das Espinharas (nas proximidades da atual cidade de Patos-PB) e solicitam sesmarias em 1670, conforme se tinha assentado no livro de Registro de Sesmarias, na Cidade de Salvador da Bahia, conforme a transcrição abaixo, na ortografia original, mas "traduzidas" as abreviaturas (Fonte: Publicações do Archivo Nacional – vol. XXVII - ): Folhas 309 - CAPITAM FRANCISCO D"ABREU LIMA Capitam Antonio de Oliveira Ledo, Custodio de Oliveira Ledo, Alferes João de Freitas da Costa, José de Abreo, Luiz de Noronha, Antonio Menezes Pereira, Estevão de Abreo Lima, Antonio Pereira de Oliveira, Theodosio de Oliveira, Sebastião da Costa, Gaspar d"Oliveira, e Gonçalo d"Oliveira Pereira - Carta de 4 de Fevereiro de 1670. - 12 legoas de largo, e 50 legoas de comprido. - Na Paraíba do Norte pelo certão dentro 12 legoas de terra de largo, começando no rio dos Pinharas fronteiro a Serra Borborema, ficando 6 legoas para cada lado do dito rio, e de comprido para o *sertão 50 legoas, com todas as agoas, matos, campos, e logradouros úteis, salvo prejuizo de 3<sup>o</sup> - Condições:As do Foral*. Genealogia do Cariri paraibano. <http://www.persocom.com.br/cariri/Origem.html>.

<sup>iv</sup> Domingos Jorge Velho tinha sido convocado primeiramente para combater nos quilombos dos palmares, através de cartas



enviadas pelo governador de Pernambuco João da Cunha Sotto-Maior, sendo a primeira em 07 de novembro de 1685 (CALMON, Pedro. História do Brasil. Companhia Editora Nacional, São Paulo - SP, 1941. Pág. 404) e a segunda em 11 de março de 1687, onde solicitava a ajuda das forças paulistas. Em 08 de Março de 1688 recebe carta do governador geral, Matias da Cunha, para vir combateros tapuias no Rio Grande. (MEDEIROS FILHO, Olavo de. Notas para a História do Rio Grande do Norte. Centro Universitário de João Pessoa, março, 2001. Pág. 122).